

## Caminho Bifurcado:

em busca de um aporte humanístico nas relações Brasil-África no tema das mudanças climáticas

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

**Como citar:** VALENCIO, N. F. L. D. S. Caminho Bifurcado: em busca de um aporte humanístico nas relações Brasil-África no tema das mudanças climáticas. *In* : SALA, J. B.; GASPAROTO, A. L. (org.). **Relações internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes.** Marília: Oficina Universitária, 2010. p.151-176. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-60810-21-5.p151-176>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAMINHO BIFURCADO: EM BUSCA DE UM APORTE  
HUMANÍSTICO NAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO  
TEMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

*Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio<sup>1</sup>*

*[...] na cessação do sofrimento encontraremos felicidade genuína e duradoura [...] [mas] não é algo que vá ser encontrado por si. Só será efetuada pela criação das causas e condições certas ou, em outras palavras, pela aplicação de esforço. Como ela só pode ser obtida por meio de esforço, falamos sobre a **verdade do caminho**.*

Dalai Lama

## INTRODUÇÃO

Entrava o outono francês do ano de 2000 e Sua Santidade, o Dalai Lama, palestrava. A certa altura, lembrou, com tom irônico, que no Tibete, num passado recente, as pessoas julgavam a importância de um lama pela quantidade de cavalos e serviços que estavam em sua comitiva. Quão maior a dimensão da procissão, mais indicativo era, nos parâmetros ali convencionados, que se estava na presença de um grande mestre ou de uma relevante encarnação merecedora de presentes, os quais eram oferecidos em profusão pela comunidade local. Mas, se ao contrário, um lama instruído

---

<sup>1</sup>Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. CEP 13565-905. São Carlos/SP-BRASIL. E-mail: normaf@terra.com.br.

e consumado chegasse à localidade como um simples peregrino receberia uma provisão mínima e ainda, se as pessoas dessem falta de algo, imputariam ao mesmo a suspeita e a culpa: “Oh, aquele peregrino deve ter pego! Ele parecia furtivo!”, conta o líder tibetano ora no exílio.

Essa consideração densa, embora dita à *vol d’oiseau*, nos faz refletir sobre a indiferença, senão mesmo a suspeição, que *a priori* a figura do homem simples causa no ambiente novo no qual as circunstâncias o obrigam a circunscrever-se. Esse não é um fenômeno social exclusivo do contexto tibetano de outrora, mas algo constitutivo do plano corrente das relações sociais na modernidade. O alastramento e culminância da figuração *winner-losers* na vida social corrente, que a cultura americana disseminou mundo afora, facilitou as práticas de discriminação e preconceito dos que são tidos como incapazes de dar conta das dimensões materiais e imateriais da tarefa do viver. Dessas dimensões, destacam-se a reduzida possibilidade de garantia, por meios próprios ou através de redes, dos mínimos vitais e sociais. Como esta figuração é arquitetada a partir de um pressuposto falso - o de que os sujeitos em relação partiram de um ambiente idêntico de oportunidades - o espaço social que a torna verossímil e a propaga deveria, por conseguinte, ser objeto de inquietação pública. Porém, os níveis de alienação sociopolítica tornaram-se estratosféricos, fruto da indisfarçável egolatria imperante. Por meio do acesso às inumeráveis facilidades tecnológicas que, nas últimas cinco décadas, propiciaram a dadas nações um patamar satisfatório de bem estar, as discussões sobre os Direitos do Homem não confluíram em ampliação das pressões para a elevação do patamar da dignidade da pessoa humana nas demais, mas na satisfação por usufruir o seu tanto, desembocando em um tipo de individualismo descompromissado de afirmação de valores e lutas que alcancem um longo espectro social e temporal, na reificação e privatização da felicidade. No dizer de Bauman (1999, p. 276),

A sociedade pós-moderna revelou-se uma máquina de quase perfeita tradução – uma máquina que interpreta qualquer questão social existente ou provável como questão *privada* [...] A mais seminal das privatizações foi a dos problemas humanos e a da responsabilidade por sua solução. A política que reduziu as responsabilidades assumidas em relação à segurança pública, retirando-se da tarefa da administração social, efetivamente dessocializou os males da sociedade e traduziu a injustiça social como inépcia ou negligência individual [...] A frustração alimenta o embaraço não a dissensão.

A imputação de culpa e responsabilização do Outro pelo seu fracasso no autoprovimento não é algo que, nas relações sociais hodiernas, esteja adstrito ao âmbito interpessoal. Extrapola-o. Generaliza-se o atributo deletério para o grupo familiar; deste, para a comunidade onde a família se insere; da comunidade, espraia-se para a escala política mais abrangente e chega-se ao nível nacional. Emergem, daí, os discursos que se referem a dadas nações não apenas como sendo estruturalmente pobres, mas também incapazes de construir perspectivas alvissareiras de desenvolvimento por razões ditas de caráter essencialmente endógeno. Tudo se passa como se os processos que resultam na partição iníqua da riqueza, na instabilidade institucional, na ausência de paz, na perversa organização territorial, na restrição de acesso aos recursos naturais, fossem o próprio *ethos* de um grupo de nações de cujo auxílio internacional, por inútil, se deva desistir. Abandonando-as, por assim dizer, à própria sorte, como pudemos recentemente testemunhar ao ver as nações *winners* priorizarem a mitigação interna da crise financeira e reduzir sua contribuição aos fundos multilaterais que vinham em auxílio aos países empobrecidos. O discurso que imiscui inferiorização, indiferença e intolerância para com o diferente e, sobretudo, o fragilizado, é cada dia menos velado e culmina em processos de estigmatização em escala continental. A África seria, nessa perspectiva, o continente por excelência dos fracassados.

Nas diversas escalas, vimos ocorrer uma gradual retirada, em termos discursivos, do conteúdo propriamente relacional entre os sujeitos sociais na explicação acerca das agruras enfrentadas por uma das partes e dos privilegiados usufruídos pela outra. Uma vez isso, altera-se a compreensão e o sentido do jogo em ação. Ao invés de mutuamente reconhecidos e correlacionados, como de fato estão, cria-se uma ambígua e persistente negação dos elementos constitutivos de uma explicação, por assim dizer, razoável, além de pública, sobre quem são os sujeitos implicados e quais suas motivações na mudança da posição das peças no tabuleiro nebuloso da sociedade-mundo. Ao suprimir-se o entendimento extenso dos agentes e respectivos *modus operandi* que favorecem o contexto assimétrico de constituição do poder nas interações sociais multiescalares, o processo de produção de *perdedores* mundo afora, e constituição de correspondente estigmatização dos mesmos, é sistemático e infalível.

Em oposição à concepção de Humanidade, isto é, da representação social de um ente coletivo e integrador de trajetórias em escala global, opera-se hodiernamente à valorização da separatividade. Isto é, de um ambiente em cujas identidades territorializadas e simbólicas são fragmentadas e fragmentadoras, sejam elas de cunho étnico, religioso e nacional, dentre outras. Em termos efetivos, a ONU tem sido incapaz de sobrepor, nas arenas multilaterais que promove e junto aos interesses particularizados das nações ricas e poderosas, um projeto global mínimo de desenvolvimento humano o qual, como primeira e urgente providência, imponha barreiras à construção de contingentes amplos de dessemelhantes ante os quais se tem construído uma desresponsabilização por seus destinos. Ao imputar-se aos miseráveis do planeta uma condição inumana irreduzível - escamoteando os processos e as estratégias desumanizantes que lograram sucumbir-lhos - se esvai a necessidade de aproximação, de diálogo, de troca e compromisso de efetivação e aperfeiçoamento de mecanismos compensatórios. No arcabouço discursivo dos *winners*, que se dissemina entre os que, no contexto da modernidade, seguem crentes na esperança de mobilidade social ascendente – incluindo as nações emergentes -, torna-se gradualmente uma espécie de *nonsense* ‘perde-se tempo’ com os que são entendidos como inerentemente perdedores, a não ser no bojo da benemerência de salão. Nesse aspecto, as ações internacionais de assistência humanitária tornam-se parte constitutiva de uma racionalidade autocêntrica, orquestrada para visibilizar o doador no palco das disputas de lideranças globais ao invés de focalizar criticamente a suficiência e acerto das estratégias adotadas para repor a dignidade, individual e coletiva, dos que, humilhantemente, as vêm demandar.

Diante tal panorama, vimos lançar uma reflexão, sob um prisma sociológico, da intersecção necessária – e que, todavia, segue falha - dos temas das mudanças climáticas, dos direitos humanos e dos direitos humanitários na agenda multilateral, os quais desembocam inevitavelmente na assistência humanitária internacional.

## **1 A PROLIFERAÇÃO DA ARTE DE DESSEMELHANÇA COMO INDÍCIO DA DECADÊNCIA CIVILIZACIONAL**

Numa de suas conferências, o diplomata Sérgio Vieira de Mello, no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR),

preocupou-se em destacar o sofrimento social como um processo que, ao invés de indicar o (pouco)valor de um sujeito subjugado - o qual se via na injunção de abdicar de sua própria dignidade para pedir a outrem aquilo que suas circunstâncias lhe impediam de obter por seus próprios meios - era indicativo da incivilidade daquele que necessitava inferiorizar o primeiro para sentir-se digno. No entendimento de Mello, as ações desumanizadoras que tem por base a diferenciação de gênero, nacional, étnica, religiosa, originam-se numa dada racionalidade civilizadora que, inversamente ao bem-estar coletivo com o qual está discursivamente comprometida, promove a barbárie. Nas suas próprias palavras,

O mundo cuidadosamente coreografado da diplomacia tem seguramente o seu lugar: ele oferece uma estrutura de engajamento e diálogo que visa (ou assim diz a teoria) a minimizar o risco de mal-entendidos. Da mesma maneira, porém, essa estrutura pode ter um efeito constrangedor: o espaço para *tour d'horizons* francos é muito limitado [...] Com demasiada frequência nosso mundo exclui e marginaliza aqueles de seus cidadãos que, em conseqüência de violência, desigualdade, intolerância, discriminação, são incapazes de participar de alguma maneira significativa, e pior: que têm miséria sobre miséria acumuladas sobre eles [...] eu vi não só o melhor, mas também o pior do que temos para oferecer uns aos outros [...] Se alguém se considera civilizado, então os que são diferentes são não civilizados: são incivilizados [...] Devemos reconhecer ainda que a palavra 'civilização' tem sido usada, ao longo da história, para justificar brutalidade, pensamento e comportamento expansionistas, colonialismo e até mesmo escravidão e genocídio, como no meu continente, as Américas. Ao realizarem tais atos, essas civilizações argumentavam que estavam praticando, de fato, missões 'civilizadoras'. Nossa discussão da civilização mundial deve ter esses fatos em mente [...] Os princípios de inclusão social, política e econômica são fundamentalmente embasados em direitos e responsabilidades. Os que estão em posições de poder e privilégio, porém, com muita frequência vêem direitos e responsabilidades como uma ameaça a seus próprios interesses. (MELLO, 2004, p.150-9).

As comodidades modernas levaram ao paroxismo o hedonismo nos países materialmente prósperos. Narcisicamente constroem representações sobre o contexto global em que, para fins de fruição de bens e serviços, as distâncias são minimizadas, todo o lugar parecendo próximo, acessível e cujo contato é, enfim, praticável. Mas, quando se trata de solidariedade e compromisso frente o sofrimento alheio, o planeta parece

se esticar, o fenômeno incômodo vai se distanciando... Tudo acontece como se fora um 'lá longe', como se não houvesse e nem pudesse haver meios para o envolvimento direto dos que dispõe de condições técnicas e econômicas para reduzir a dor e as perdas. Basta ver a dificuldade de acesso aos países pobres e miseráveis por meios de locomoção variados. A África Ocidental encontra-se de frente à costa brasileira e, no entanto, as rotas comerciais e outras não se impõem numa regularidade que permita sistemáticas trocas e envolvimento. Tornamo-nos, assim, adeptos do higienismo global que, desde as técnicas corporais dos indivíduos às práticas sociopolíticas entre nações, vê como exótico e distante os grupos em suplício. O uso de línguas, dialetos e costumes fora da unificação americanizada e europeizada são impeditivos do reconhecimento de suas dores como propriamente na esfera de uma experiência humana que nos diga respeito. Os modos de vida tradicionais que são tomados por situações de barbárie - como em Ruanda ou no Sudão - são, por sua essência, destemporalizados frente ao circuito da modernidade.

Conforme Giddens (1991), nas culturas tradicionais, o passado é uma herança a ser valorizada posto que perpetua a experiência identitária, renovando-a em conectividade aos saberes e valores ancestrais ao passo a modernidade é o descarte incessante do passado num mundo cuja geração e acesso a inovações é instrumento de prestígio social e esse prestígio engendra os ditames da ordem social. Isso posto, torna-se simples compreender, num dado recorte, de onde provém uma relativa incomunicabilidade dos dramas sociais que beiram ao genocídio: deve-se tanto às dificuldades de expressão dos grupos sujeitados aos termos culturais da modernidade quanto das limitações de acesso aos meios e formas de comunicação, como internet, telefone e computador, como o acesso à energia elétrica, água potável, remédios... Ao fim e ao cabo, a opressão levada ao extremo torna o drama impronunciável. A mudez, que o distanciamento cultural enseja, constitui zonas de exclusão que, em si, são violências materiais e simbólicas, embora de aparência sutil. Entretanto, banalizam as demais formas de violência que, no dizer de Primo Levi (1987), não aniquilaria apenas o homem, mas dilaceraria a utopia humanista.

Em sua obra, *É isso um homem?* Levi demonstra como a racionalidade de exclusão no interior do Estado moderno é movida para selecionar os homens portadores de vida qualificada e os homens portadores

da vida nua. Para os últimos, a experiência do campo de concentração era a do confinamento e despojamento de roupas, cabelos, privacidade, até o destino final nas câmaras de gás. Nos relatos colhidos pelo autor, os narradores enfatizavam que não eram, os sobreviventes, testemunhas integrais da barbárie, mas os que se viam impedidos de vocalizá-la pelo imposição da morte.

A experiência cultural apartadora não deve ser escamoteada nem tomar uma conotação diversa da que, de fato, carrega, isto é, como parte integrante da modernidade. A atenção da esfera pública à renovabilidade das práticas que banalizam a dessemelhança e desresponsabilização para com o Outro deve, pois, a nosso ver, ser prioritário no ambiente sociopolítico de discussão das tragédias relacionadas aos eventos do clima no continente africano.

### **1.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL PARA UM NOVO CICLO DE BARBÁRIE**

Embora os fóruns multilaterais dedicados aos temas do meio ambiente, direitos humanos e direitos humanitários tenham evoluído em relativa autonomia uns dos outros, o fenômeno das mudanças climáticas globais tem demonstrado que são temas que devem ser tratados de forma convergente pois remetem a um tipo de relação calcada num Outro que, sendo um ente complexo e dotado de vida (ou suporte de vida), foi tratado, até então, com desvalor.

As mudanças climáticas globais têm instituído, nas várias arenas, discursos mobilizadores. Significa dizer, está deflagrado, no *campo socioambiental*. Há acirradas disputas entre as representações sociais de diversas especialidades, a começar das representações hegemônicas das ciências atmosféricas, seguidas das instauradas pelas ciências da terra, ciências biológicas e ciências da saúde. Tais disputas implicam na busca de canais - no próprio meio, no meio técnico e junto ao grande público - para o compartilhamento de seu ponto de vista objetivando a conquista de espaço político e, com este, o acesso privilegiado a verbas e, em última instância, à constituição de uma influência sobre o discurso do Estado. Isto é, sobre o ente que interage com a sociedade civil desde uma relação de poder. Uma vez que essa conquista última esteja garantida, e devido à baixa reflexividade



da máquina pública, visões alternativas permanecerão em baixa, incluindo as que se apercebem que o tema supra, ao fim e ao cabo, desdobra-se na correlação entre desastres e desenvolvimento, que pode ser destrinchado sob paradigmas diversos dos que ecoam na mídia.

Como se sabe, as bases argumentativas do Protocolo de Kyoto foram as de que os Países Partes – Anexo 1 gerariam um aquecimento global adicional que, visto como fator de ameaça em escala planetária, deveriam rever radicalmente suas práticas. Contudo, sabemos que o referido Protocolo encontra-se em processo de contestação, sendo a Conferência das Partes em Copenhague, a COP 15, o fórum onde isso mais fortemente será exposto. De um lado, porque tais países passam a posicionar-se pela revisão das metas processuais de redução dos gases de efeito estufa para impedir que se firam suas estratégias de recomposição de suas riquezas, impactadas pela crise financeira recente. De outro, porque utilizam a crise financeira como mote à desresponsabilização com o futuro dos chamados Países Menos Avançados (PMAs), reduzindo a transferência de provisões aos fundos voltados para a mitigação de impactos e adaptação às mudanças climáticas - como o fundo global do ambiente (GEF) - e para programas multilaterais de assistência e desenvolvimento, como o Programa Mundial de Alimentação (PMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Dito de outra forma, quando um fator significativo de ameaça, como os eventos extremos relacionados às mudanças climáticas, paira no cenário global, o apelo das nações desenvolvidas e em desenvolvimento nos fóruns multilaterais não é em prol das que apresentam mais acentuada vulnerabilidade, mas em prol de si mesmos e seus projetos de recomposição de ativos, distribuídos da porta para dentro. Trancam suas fronteiras para evitar o assédio dos grupos desvalidos, seja na política de construção de muros entre países, na emergência de leis mais limitantes dos direitos dos imigrantes ou na ampliação da fiscalização nas fronteiras.

Constata-se, no Brasil, uma ampla divulgação dos meios de comunicação sobre o tema das mudanças climáticas; porém, isso ocorre numa circunstância de baixa reflexividade no debate político e científico no tema posto a resistência às necessidades de mudanças estruturais na forma de produção e distribuição da riqueza no nível global. As soluções encaminhadas pelas nações influentes, como o Brasil, para equacionar a

questão ambiental, inda se regem pelos mesmos parâmetros de mercado que engendraram a desigualdade distributiva no planeta e as sucessivas crises do capitalismo, das quais a de 2008 foi uma delas. A explicação científica que, por meio de modelagens matemáticas, identifica e enumera um sem número de fatores de ameaças naturais e, no máximo, identifica espacialmente os locais onde há grupos em vulnerabilidade, não perscruta o processo sócio histórico e tampouco as racionalidades que produzem os lugares e respectivos grupos sociais fragilizados e que impedem, ali, a eficácia da ação do Estado para reduzir a vivência dos desastres. As extensas comitativas que acompanham as autoridades para deliberar, nos fóruns multilaterais, os novos pactos frente às mudanças climáticas, não correspondem, em visões sobre o Outro, em discursos e em práticas sócio políticas, à necessidade efetiva de preparar as nações empobrecidas para prepararem-se para as catástrofes. Os mais ricos retiram-se de compromissos até então assumidos, revisando-os com desfaçatez no momento em que mais fundamental seria cumprir - como se isso fosse o suficiente para impedir o avanço das tragédias que virão nos próximos anos, em maior quantidade e intensidade, abater aos pobres mundo afora, na nudez e nudez que os modelos de desenvolvimento levados a cabo foram inerentemente incapazes de resolver.

Embora alguns eu pretenda uni-las, há um tratamento setorizado das questões contemporâneas como referente às guerras em curso, declaradas ou não, que inviabilizam a estabilidade institucional; ao crescimento do contingente humano em situação de desterritorialização, compelidos à migração interna ou vivendo em acampamentos de refugiados; ao incremento da xenofobia e dos fundamentalismos; ao desenvolvimento econômico e social; e, por fim, ao tema ambiental e as catástrofes anunciadas em razão da mudança do clima. A fragmentação do entendimento dos fenômenos supra no mundo atual suscita a invisibilidade de um processo ainda mais cruento que os interliga e neutraliza a adoção de uma perspectiva dialética capaz de identificar que, nas várias escalas de sociabilidade, os *wINNERS* - com suas visões de mundo, práticas, valores, discursos - não tem interesse efetivo em colaborar com a construção de um cenário socioambiental de genuína *transformação* na medida em que respondem pela produção de muitas das mazelas ora vistas e vividas. O sofrimento tem a sua própria verdade, diz um ditado antigo, e esta é difícil de ser

captada por quem não o vivenciou ou não tem o arcabouço de experiência humana similar.

Viver, no atual estágio da modernidade, denominado por Beck (1997) como *sociedade do risco*, é exercitar a apoteose do Eu na tentativa de suprimir o medo e o desamparo ante as incertezas que se proliferam. O estranho é, *a priori*, um ameaça ao Eu (cf. Bauman, 1999), razão pela qual a evitação do encontro, ante uma aproximação iminente, é seguido pelo esforço em desumanizá-lo. Não estamos escandalizados tampouco mobilizados devidos às desgraças coletivas que abatem os que consideramos estranhos sejam eles grupos nacionais, étnicos, religiosos ou de estrato social inferior. Os que padecem algures tem a narrativa de seus dramas cortadas por notícias futebolísticas em algum telejornal noturno e evitamos reconhecer como guerra à dizimação de civis em número maior que guerras declaradas, desde que eliminem os *losers*. Ocorre que aqueles a quem atribuímos a denominação de *losers* persistem. Se reportarmos à necessária integração do tema das mudanças climáticas e as questões persistentemente mal resolvidas do direito humano e humanitário no continente africano, teremos pela frente, e de um lado, uma pluralidade dos modos de vida susceptíveis devido à escassez de territórios viáveis para permitir sua manutenção. Porém, de outro, vimos surgir formas de organização que unificam lutas em prol de projetos de desenvolvimento que preservam a riqueza da multiplicidade cultural dos povos do referido continente além de constituir reivindicações orientadas para a busca de compensações frente o dano ambiental que os Países Partes - Anexo 1 causaram às suas bases territoriais.

## **2 O CAMINHO BIFURCADO: PROTEGER A DIGNIDADE HUMANA OU SUBMETER OS POVOS AO SUPLÍCIO**

Os desastres naturais têm, por enquanto, o poder de, no imaginário social corrente, surpreender. No entanto, à medida que sua incidência se torna mais freqüente, menor preocupação há visando o fomento de redes de solidariedade. O distanciamento social se alarga na naturalização da destruição pelas ditas 'forças da natureza' e os mecanismos de autoproteção dos grupos afluentes são deflagrados. É nesse contexto que entendemos haver, no Brasil, atualmente, uma propaganda televisiva, veiculada em canais de grande abrangência e em horário nobre, de um

automóvel 4X4, cujas qualidades anunciadas são ser robusto, ficar mais alto que os demais motoristas e permitir que se acesse com destemor pelas enchentes...

A sra. Bragg, do Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA), em palestra proferida por ocasião da II Reunião Regional de Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária, ocorrida em Florianópolis, em setembro de 2009, declarou sua preocupação com a complexidade e extensão dos conflitos armados e com o aumento da vulnerabilidade frente os desastres naturais. Ocorre que os mecanismos burocráticos onde as práticas de assistência humanitária se dão interferem deletariamente tanto na forma como a vulnerabilidade é entendida como nos procedimentos para reduzida.

Um exemplo seria o caso de São Tomé e Príncipe, Pequeno Estado Insular africano que, mais de um ano após ter encaminhado ao Brasil suas demandas relacionadas ao funcionamento mínimo do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB) (agosto de 2008) - envolvendo a solicitação de doações de equipamentos de proteção individual (EPIs), material de primeiros socorros, ferramentas e peças para reparação de sua frota em estado de sucateamento, mas em uso -, e sendo uma das nações mais pobres do planeta e suscetível a sofrer os efeitos nocivos das mudanças climáticas, não conseguia vencer os obstáculos burocráticos do meio diplomático para ter sua solicitação devidamente considerada para fins de preparação ao enfrentamento de sinistros. De lá para cá, sua população litorânea sofreu, por duas vezes, os efeitos do impacto de ondas gigantes e o incêndio das instalações da Empresa de Águas e Energia, que levou à destruição total de seu principal gerador público de energia. Em ambos os casos, os bombeiros do SNPCB lançaram-se nas águas e no fogo para salvar vidas sem que eles próprios tivessem meios mínimos de autoproteção, enquanto, no Brasil, a burocracia estatal, quinze meses depois da primeira solicitação, perdia nos meandros a seqüência de apelos e pedia esclarecimentos do tipo: “*como tais doações podem ser relacionadas ao clima?*”. Após esse período, instruída, baseada em preceitos da ONU, com a necessidade de providência de um ofício da parte demandante, tido como fundamental para anexar à lista de itens solicitados pela autoridade santomense e permitir seu respectivo atendimento. Dito de outro modo, a racionalidade burocrática se impôs assimetricamente tanto frente ao clamor

relacionado à preparação para os sinistros quanto frente ao acontecimento trágico que poderia ter sido, ao menos, mitigado. Se mais não fosse, o caso acima lança elementos para uma reflexão sobre a relação do Brasil com um país africano lusófono, isto é, da rede de relação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que o Brasil, na atual política externa, diz priorizar; contudo, ainda não consegue encontrar meios alternativos para lidar com as nações, no tema dos desastres, de uma forma preventiva e célere. Se mover para antecipar providências, para preservar a vida e a dignidade dos povos, deveria ser *conditio sine qua non* da assistência humanitária de um país que aspira posições de poder e práticas inovadoras, como no Conselho de Segurança da ONU, aonde o tema das mudanças climáticas vem recebendo continuado tratamento nos últimos anos.

Assim, há caminhos a percorrer nas distinções que os meandros da diplomacia deva fazer entre o urgente, o importante e o essencial. A nosso ver, o rigor diplomático não deve ser caracterizado, nas relações bilaterais, pelo seguimento *strictu* ao preciosismo de regras de escritório que, aqui e acolá, pululam para mal disfarçar a má vontade de atendimento ao clamor de alguns países cujas condições de miserabilidade não permitem priorizar a adequação das práticas administrativas ao estilo da modernidade, sobretudo num contexto em que as vidas de seus compatriotas continuam sendo ceifadas pela ausência de solidariedade internacional substantiva. Sem energia elétrica, uma vez o incêndio da central de energia, computadores não funcionam para fazer os ofícios de cujos despachos dependem as botas que precisam os bombeiros para pisar nas brasas...

Em termos práticos, ao reportar as relações entre Brasil-África no contexto de desastres, vários tipos de integração ainda precisam ser exercitados, uma das quais se refere à interface das políticas da educação superior, de assistência humanitária e de ciência e tecnologia.

De um lado, o Brasil apresenta um consolidado Programa de Estudante Convênio que, no âmbito da graduação e pós-graduação (PEC-G e PEC-PG), permite aos selecionados de países africanos e outros terem acesso às mais prestigiadas Instituições de Ensino do país, embora ainda muito fortemente na região Centro-Sul. No entanto, não raro a inserção desses estudantes nas instituições que os recebem conta com episódios de discriminação e preconceito. O grupo por vezes é tratado por docentes, funcionários e colegas brasileiros como inferior e são levados à segregação.

E muitas das desventuras de seu cotidiano - relacionadas ao atraso no repasse de bolsas de auxílio por seus países, pobres, de origem, pela ausência de fiador para obterem condições de alugar moradia, pela desconfiança de funcionários e serviços de segurança dos *campi* devido à forma diversa como agem no ambiente público, ausência de direitos similares a dos alunos brasileiros no regimento interno de algumas das Instituições de inserção, carências de toda a ordem, além da saudade dos familiares e sem ambiente para manifestar os seus costumes dentre outros - são vivenciadas em desamparo e silêncio.

No geral, não há, nos laboratórios e núcleos de pesquisa, nem nos programas científicos bilaterais com países africanos, como o PROAFRICA, do CNPq, uma prática de solicitação corrente de integração dos alunos africanos nas equipes, uma escuta ativa de seus desafios, e capacitação científica voltada dos problemas prementes relacionados ao seu país de origem. A sinergia entre a formação profissional e científica do estudante africano com a absorção das temáticas relevantes ao contexto de seu país nos circuitos do grupo de pesquisa a que se vincule no Brasil seria fundamental para estimular, no seu regresso, a formação de redes de apoio mútuo para a produção de um conhecimento integrado, permitindo outros níveis de generalização e difusão, um saber aplicável e útil ao desenvolvimento econômico, social bem como às relações bilaterais. Vigora, no Brasil, uma noção de excelência de certos grupos de pesquisa que, por um lado, desvia o olhar dos notáveis apenas para aquilo que é considerado a ponta do conhecimento e, assim, sua motivação está totalmente voltada aos editais que interligam o seu grupo com os de países desenvolvidos, com os quais há ânsia de se equiparar e, um dia, se confundir.

Essa noção equivocada de excelência, que toma o imaginário científico atual de forma quase totalizante, é excludente e distorce a compreensão de um dos relevantes papéis da ciência, voltado para o desfazimento das desigualdades e geração do bem estar coletivo. Ilustrativo desse equívoco são os laboratórios que rejeitam estudantes africanos por aquilo que as lideranças científicas brasileiras entendem como déficits culturais dentro dos parâmetros de formação e comunicação científica atual. A permeabilidade do meio científico nacional para mimetizar-se junto aos grupos consolidados dos países desenvolvidos não é exercitada num sentido oposto, qual seja, o de acolher o diferente entendido como inferior e integrá-

lo. Isso se dá desde a interação de estudantes africanos com cientistas de áreas duras como com os cientistas sociais e um pouco menos nas áreas da saúde. Havendo vontade do meio científico, problemas complexos - como o das mudanças climáticas - geram possibilidades para que os *inputs* culturais dos estudantes africanos, cujas trajetórias de vida, experiência humana, modos de vida, tenham espaço para ser socializado e arejem a agenda de investigação. Essa vontade também poderia reconhecer a excelência de intelectuais africanos na publicação em editoras universitárias e no acervo das bibliotecas universitárias e de institutos de pesquisa. Enfim, na relação com o meio científico brasileiro, reforça-se a concepção dos africanos como grupos à margem.

Embora a autonomia do fazer científico, o Programa PROAFRICA, do CNPq, poderia, antes de lançar editais anuais, consultar o Ministério das Relações Exteriores quanto às prioridades de cooperação técnico-científica frente demandas recebidas dos diversos países, sem descurar, evidentemente, do atendimento a propostas independentes. O fluxo inverso também é relevante: que o meio científico, nas suas diversas especialidades e correntes, fosse chamado a relatar para o meio diplomático quais são, sob o ponto de vista, as principais fragilidades dos vários países africanos que a diplomacia e o meio técnico deveriam, a seu ver, atuar.

## **2.1 DO CAMINHO BIFURCADO AO CAMINHO DO MEIO?**

O contexto supra é o mote onde ensejamos apontar caminhos alternativos que estão em construção na relação Brasil-África na modesta experiência do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (NEPED/DS/UFSCar).

Um dos caminhos tem sido construído através do atendimento de suas propostas em diferentes editais do Programa PROAFRICA, do CNPq. Trata-se de visitas exploratórias e projetos de pesquisa conjuntos a São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau que propuseram um percurso inovador para pensar as interfaces dos temas de mudanças climáticas, direitos humanos e humanitários.

Com a coordenação conjunta do NEPED/DS/UFSCar e o Instituto Nacional de Meteorologia de São Tomé e Príncipe (INM/STP), a

visita exploratória intitulada “ *Vulnerabilidade de Pequenos Estados Insulares às Mudanças Climáticas: representações comunitárias do risco e práticas sócio-econômicas a serem afetadas em São Tomé e Príncipe, África*”, seguida do projeto de pesquisa intitulado “ *Implementação do Plano de Ação Nacional/ Implementação do Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas da República Democrática de São Tomé e Príncipe: análise dos desafios institucionais*”, foi possível integrar diferentes instituições técnicas e científicas, e especialistas de diferentes áreas do conhecimento, tanto para a abordar o tema da vulnerabilidade socioambiental por distintas abordagens com para unir produção de conhecimento científico, difusão ao público em geral e recomendação ao meio diplomático.

Nessa empreitada, que partiu da escuta ativa aos estudantes santomenses que, no âmbito do Programa PEC-G, se inseriram na pesquisa e extensão em Sociologia dos Desastres do NEPED/DS/UFSCar, foram parceiros, do lado santomense, o Ponto Focal de São Tomé e Príncipe na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima e equipe do Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA-PANA) e técnicos da Direcção Geral do Ambiente, da Direcção Geral das Pescas, do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros e da Empresa de Águas e Energia. Do lado brasileiro, participaram cientistas do Departamento de Antropologia e Ciência Política UNESP-Araraquara (na análise político-institucional da defesa civil), do Departamento de Ecologia UNESP-Rio Claro e do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas no Brasil da USP (ambos na análise ecológica e antropológica da pesca artesanal), do Departamento de Geografia USP (na análise da gestão dos recursos hídricos) do Núcleo de Hidrometria do Departamento de Hidráulica e Saneamento da USP-São Carlos (na análise do potencial de hidrenergia) e do Centro de Pesquisa do Tempo e Clima do INPE (na análise dos serviços de meteorologia).

Em visitas mútuas, foi possível conhecer, de parte a parte, as condições operacionais objetivando incrementar da capacidade humana e material santomense para enfrentar o impacto dos eventos adversos do clima. Seminários e reuniões foram realizados no Brasil para disseminar o status atual da vulnerabilidade santomense às mudanças climáticas tanto quanto seminários e oficinas foram realizados em São Tomé para apresentar um olhar científico brasileiro sobre os problemas a serem enfrentados pelos



vários segmentos daquele país, envolvendo desde o meio técnico em meteorologia, pescas, energia e proteção civil bem como o meio educacional formal, com a participação de docentes da Educação Básica. A Embaixada do Brasil em São Tomé forneceu a logística para a pesquisa de campo e, através do Centro de Estudos Brasileiros Guimarães Rosa, forneceu o apoio para a realização de exposição fotográfica e realização do Seminário Internacional Brasil-São Tomé e Príncipe “*Enfrentando as Mudanças Climáticas*”, aberto para o público em geral e contando com a presença de Ministros de Estado no debate das idéias e reforço atitudinal visando à participação do corpo técnico institucional. Por seu turno, o Ministério da Educação santomense, em parceria com o Instituto Superior Politécnico, providenciou seleção de grupo de docentes de diversos estabelecimentos escolares e forneceu local para a realização de oficina voltada para a aplicação de novas metodologias, de cunho interativo, no ensino do tema de mudanças climáticas junto ao público infantil e jovem. Tratava-se uma maquete interativa da ilha de São Tomé, acompanhada de roteiro orientador, produzida pelos estudantes santomenses participantes do NEPED//UFSCar. A assimilação dos fundamentos teóricos e metodológicos de inspiração piagetiana na elaboração dessa ferramenta educativa pioneiramente desenvolvida pelo NEPED/DS/UFSCar permitiram a replicação bem sucedida da oficina com crianças santomenses de diversos distritos, que estavam férias em agosto de 2007. Uma vez o planejamento territorial que, em três dimensões, as crianças discutiram e montaram na referida maquete, o presidente do Distrito de Água Grande (onde fica a capital do país) foi chamado junto com a imprensa (a RTP África) para acompanhar a experiência na qual as crianças proferiam, de forma lúdica, sua forma de enxergar os problemas e soluções de deslocamento compulsório necessário pelos diversos problemas relacionados com os eventos do clima, como intrusão de água marinha nos caudais superficiais que abasteciam as comunidades litorâneas e erosão costeira.

O conhecimento resultante de conjunto de atividades foi sistematizado em um livro em dois volumes, sob os auspícios do CNPq, no qual as partes científicas e técnicas envolvidas, incluindo os estudantes santomenses em formação no Brasil, tiveram oportunidade de apresentar suas idéias referentes à pesquisa de campo, aos desafios de gestão, e síntese de monografias de conclusão de curso, respectivamente. Por fim, a

coordenação brasileira do grupo convidou um representante da então Secretaria de Aquicultura e Pesca para fazer parte da missão científica, do que veio redundar em assinatura de memorando de entendimento bilateral no tema das pescas meses após, do que se espera a aprovação de um plano de trabalho e projetos de cooperação proximamente.

Apesar disso, muitas expectativas desse esforço não resultaram: o retorno dos estudantes, já formados, ao país não implicou em sua absorção em instituições que pudessem aproveitar-lhes de melhor modo das competências desenvolvidas. E, ainda, o projeto brasileiro integrando sociólogos, economistas, assistentes sociais, geógrafos, engenheiros de produção e biólogos marinhos do NEPED/DS/UFSCar, COPPE/UFRJ e IPEAM, junto com os citados estudantes santomenses - para mapeamento das comunidades vulneráveis aos eventos climáticos e monitoramento do ecossistema marinho e em consonância com o Plano de Ação Nacional de Adaptação de São Tomé e Príncipe foi avaliado positivamente por quatro diferentes setores do Itamaraty; porém, após 18 meses, não logrou encaminhamento do meio diplomático visando obtenção de apoio do empresariado nacional, conforme solicitado;

Outra experiência derivada da parceria acima foi a resultante de uma visita exploratória no tema das mudanças climáticas e de ambos os lados: em Guiné Bissau e no Brasil. A proposta, denominada “*Subsídios à implementação do Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA/PANA) de Guiné-Bissau a partir das lições aprendidas em São Tomé e Príncipe*” visou, de um lado, aproveitar-se das relações e memória da experiência as ações integradas bilaterais de instituições e conhecimentos técnico-científicos diversos. Com a coordenação brasileira do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e a coordenação guineense do Núcleo de Mudanças Climáticas da Direcção Geral do Ambiente da Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável, parceiros das áreas de sociologia da religião, economia, meteorologia, engenharia hidráulica, serviço social e teatro uniram-se para desenhar interpretações multidimensionais da problemática encetada pelo cenário estrutural de pobreza e seu potencial recrudescimento na escassez de recursos naturais, como a água potável. À coordenação guineense em visita ao Brasil, ofereceu-se visita e conversação com distintas especialidades dispostas a colaborar para reduzir o quadro de

vulnerabilidade socioambiental do país, desde o contato com o setor da meteorologia - através da disposição do CPTEC/INPE - de hidroenergia e energia solar, através da USP, respectivamente, do campus São Carlos (Escola de Engenharia) e São Paulo (Instituto de Energia e Eletrotécnica) até o tema da segurança alimentar, através da possibilidade de replicação, em Guiné Bissau, das atividades que uma docente do Departamento de Artes Cênicas da UnB ora realiza em São Tomé.

A interlocução conjunta da coordenação brasileira e guineense com atores locais de Bissau, do meio político e social - como técnicos ambientais, assistentes sociais e cientistas do prestigiado INEP -, ensejou a produção de uma proposta inovadora de pesquisa em mudanças climáticas submetida ao PNUD no âmbito da cooperação com o referido país. Trata-se de parcerias com a Diocese de Bissau, o Conselho Nacional de Igrejas Evangélicas e o Conselho Superior Islâmico para mediar uma consulta nacional, sob uma perspectiva étnica e religiosa, acerca de quais ações, em caráter preparativo, as comunidades demandam para lidar com os desastres preditos nos cenários climáticos disponíveis.

Na construção do referido projeto de pesquisa, cada parceiro expressou sua visão particular sobre a problemática socioambiental em tela, mas o imã Aladje Mamadu Sisse, do Conselho Superior Islâmico de Bissau, nos brindou, sob o prisma religioso, com um olhar abrangente sobre a concepção de vulnerabilidade, integrando aspectos de mudanças climáticas com o de saúde, segurança alimentar e ética. Disse-nos o referido imã: a natureza é uma benção de Deus e as catástrofes expressariam a má gestão humana dessa dádiva e o descumprimento das leis do Alcorão. Sendo assim, Deus suspenderia suas bênçãos e, ao contrário delas, enviaria aos homens as circunstâncias de escassez de água, de pragas, de fome e doenças sobre gado e homens para lembrar aos mesmos que foram ultrapassadas as Suas Leis. Enquanto o Alcorão recomendaria a constituição de uma família com até quatro esposas, as quais o homem deveria manter, com a respectiva prole, devidamente supridas, em Guiné Bissau os mulçumanos se envolveriam com muitas mulheres, abandonadas em seguida, com a prole, à própria sorte, disse-nos o imã. Seguiam, então, à busca de novas pretendentes alhures. Tal desresponsabilização traria como consequência não apenas o incremento populacional, mas o de famílias desamparadas e crescente contingente de pessoas portadoras de HIV/SIDA. Significa dizer,

o fato de não se guardar os costumes seria alavancador de problemas de desestruturação familiar, fome e doenças sexualmente transmissíveis. “Até os animais selvagens têm sido melhores que nós”, afirmou o imã Sisse, o qual, ainda, observava nas famílias protestantes guineenses uma maior preocupação com os laços familiares e com a educação da criança e de jovens uma vez que os pais mantinham vigilância constante sobre seu comportamento. Estes eram repreendidos no mesmo momento em que fizessem algo não aceitável pelas regras do grupo, ou seja, tinham um norte que a comunidade mulçumana, aos poucos, estava perdendo, segundo o imã, devido o hedonismo.

Outro aspecto que essa autoridade religiosa observava, referente às alterações no comportamento social e que era a perda de um preceito igualmente caro ao islamismo, era concernente à prática de doar sistematicamente aos pobres, tendo como parâmetro o fruto de um dia comum de trabalho por semana. Como tal preceito se perdia, devido ao individualismo - concebido como uma forma de maldade - Deus também fazia faltar bem essenciais aos homens, como a água, para advertir sobre os efeitos da ausência de compaixão. Os sentimentos de compaixão e de ódio são forças que se correspondem, afirmou o imã Sisse, o primeiro crescendo e o segundo diminuindo o homem perante Allah. O solo com a semente que, plantada, não germina, viria lembrar à comunidade islâmica guineense, quase metade da população do país, a necessidade de desapego e compromisso com o bem estar alheio. Longe desse compromisso, consoante às regras do Alcorão, não haveria justiça, culminando num ambiente de falsidades que suprimiria as condições de sobrevivência de todos. Se faltasse a bondade dos homens para com os pobres, as mulheres e crianças, uma responsabilidade a que o Profeta Maomé se referia, Allah se absteria de enviar as chuvas.

A explicação religiosa confere, deste modo, um sentido de mundo onde se entremeiam fenômenos da natureza e fatores comportamentais, saúde ambiental e saúde pública, segurança alimentar e planejamento familiar. Tal associação de significados oriundo desse tipo de saber não é um obstáculo ao meio científico com ao meio técnico para compor subsídios para o aperfeiçoamento da máquina estatal e das práticas sociais visando lidar mais eficazmente com o impacto de eventos relacionados às mudanças climáticas. Ao contrário, municia, num ambiente de partilha de visões, novos

compromissos no meio social de convívio sejam postos, e que o apoio externo seja, por fim, recebido sem ofender a dignidade de quem o solicita.

O relatório do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, referente ao período 2006 a agosto de 2009 (BRASIL, 2009) destacou que muitas das ações de ajuda humanitária realizadas pelo Brasil deveram-se à resposta ao denominados desastres naturais. A passagem de furacões, terremotos, erupção de vulcões, enchentes, incêndios florestais e tempestades compôs a maioria dos atendimentos, seguidos por epidemias, fome crônica e conflitos armados. Embora o referido relatório faça menção à participação de delegações brasileiras em fóruns multilaterais de redução de riscos - como da Sessão I e II da Plataforma Global de Redução do Risco de Desastres (respectivamente, em 2007 e 2009, em Genebra) e da Plataforma Regional havida no Panamá, em março de 2009, ainda são tímidos os esforços para suplantiar a abordagem voltada para a doação de alimentos ou de medicamentos e envolver-se no apoio mais amplo da reconstrução dos modos de vidas dos grupos afetados.

## **2.2 PAPÉIS AO LÉU OU MUDANÇAS DE PRÁTICAS?**

Em razão das ações supra, a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (SEDEC/MI) nos convidou a assumir, junto à Comissão Organizadora do V DEFENCIL - Seminário Internacional de Defesa Civil, a ocorrer em São Paulo, em novembro de 2009, uma missão oficial visando contatar *in loco* as autoridades nacionais de defesa civil dos países africanos lusófonos, os PALOPs para se fazerem presentes ao evento. Além dessas autoridades, cuja prática cotidiana sobre desastres é predominantemente sob o prisma operacional, a SEDEC/MI consentiu que convidássemos igualmente os pontos focais dos respectivos países junto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), uma vez que esses técnicos, responsáveis pela coordenação do Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA/NAPA) portam uma visão transetorial e de longo prazo para as estratégias que seu país precisa desenvolver para enfrentar os eventos do clima. A ocasião do evento será tratada como ambiente de trocas entre o meio técnico, o meio científico, as organizações não governamentais, o voluntariado laico e religioso e outros voltados para o tema de desastres,

numa autêntica polifonia em busca da redução da vulnerabilidade. E, ainda, tratada como ambiente de busca de parcerias e de possibilidade de estabelecimento de memorandos de entendimento bilaterais e multilateral - ao nível da CPLP - com plano de trabalho de longo prazo e projetos de cooperação correspondentes, integrando os três níveis do Sistema Nacional de Defesa Civil do Brasil (na esfera federal, estadual e municipal).

No percurso aos países africanos lusófonos e visita às autoridades correspondentes, fomos confrontados com duas diferentes narrativas sobre a privação das coisas e outra sobre uma solidariedade improvável.

Em Moçambique, há grupos para os quais a expressão “*matar um leão por dia*” não é retórica. Soubemos, por meio de consultas informais *in loco*, de comunidades rurais que ainda disputam com os leões a sua sobrevivência cotidiana. Quando falham as estratégias de proteção do gado, animais de criação são abatidos pelas feras selvagens e, embora as restrições legais, leões são abatidos para fins de obtenção de renda aos caçadores no mercado paralelo de peles e afins. Muitos caçadores são, na verdade, agricultores que, em conflito com a lei, buscam um provimento alternativo à sua família. Na circunstância de enfrentamento há, evidentemente, o dia da caça, e pululam os relatos de homens mortos por leões em fúria.

No mesmo país, contou-nos a ponto focal moçambicana na CQNUMC sobre a dificuldade para suscitar mudanças atitudinais de comunidades que enfrentam os agravos da seca e, mesmo quando a fome recrudesce, famílias não abatem o gado - o qual também mingua em peso e padece nos pastos estéreis - para não perder o prestígio frente aos vizinhos. Manter-se inserido na lógica social em que o orgulho da família frente a terceiros fala mais forte que a fome, e a oscilação do número de cabeças de gado é o indicador de prestígio ou vergonha, é viver em permanente risco de morte social ou de morte física.

Por fim, chegando à cidade de Praia, em Cabo Verde, deparamo-nos na TV local com a emissão de um documentário realizado por um pesquisador português dedicado à observação do comportamento dos leões em áreas protegidas na África. A certa altura, fez menção a uma leoa famosa no mundo, Kamuniak, que significa “*a abençoada*”. Através da internet, é possível saber que Kamuniak é uma leoa que, por sucessivas vezes, adotou como cria um filhote de oryx isto é, outra espécie animal que, até então,

por instinto, fazia parte de seu cardápio. Esse comportamento excêntrico custou-lhe a necessidade de se afastar da convivência com os demais leões de seu grupo, uma vez que a proximidade significava fonte de ameaça para o filhote de adoção. Vez por outra, seu descuido levava a perder o filhote saltitante para o banquete do grupo dos leões ou para o seu furtivo retorno ao bando da espécie de origem. Lá ia Kamuniak procurar outro filhote que lhe substituísse... Pensamos cá conosco, “o imã Sisse tinha razão quanto dizer que as feras estão a agir melhor que os humanos [...]”

As narrativas supra nos incita a refletir acerca das diversas dimensões do desafio africano, tais como: encontrar meios para planejar e promover projetos convergentes de territorialização entre espécies silvestres e assentamentos humanos, nos quais a sobrevivência de uns não dependa do extermínio dos outros; equacionar ambientes dialógicos que propiciem o arejamento das regras sociais para que a busca da sobrevivência individual e familiar deflagre a colaboração coletiva ao invés de colher o olhar depreciativo do outro; por fim, que a opção de proteção ao diferente, que se encontre vulnerável, possa ocorrer mesmo à custa de apartarmos-nos dos que consideramos como iguais.

Investimentos no apoio ao fortalecimento institucional - incluindo o reconhecimento dos subsídios logrados em arenas democráticas participativas, onde os saberes e fazeres popular possam se expressar -, na cooperação para a transferência de tecnologia de prevenção e preparação aos desastres e na agilidade nas providências burocráticas voltadas para as ações de assistência humanitária de cunho reativo são capazes de desmontar aquele a quem Vieira de Mello (2004) julgava o pior inimigo de uma cultura de civilidade: o apego ao poder. A burocracia, sobre ares de impessoalidade, permite escamotear o exercício arbitrário da desumanização e oculta a manifestação do poder naquilo que utiliza meios para não prover, não fazer, impedir, bloquear, enfim, solapar as iniciativas que não gerem autoconsagração. O desenho e funcionamento da estrutura de Estado, tanto no Brasil como em nações africanas, e incluído o meio diplomático, torna-se propenso à cultura do engavetamento, retardando providências, impedindo contatos, obstaculizando iniciativas que sobrepujam a vaidade do indivíduo à frente cargo. O contraproducente cotidiano da máquina pública devido tanto à fragilidade institucional quanto ao gigantismo do aparato burocrático e, em ambos, ao viés setorializado e com baixa integração

na luta dos problemas socioambientais é um dos principais entraves ao desiderato de políticas de redução dos desastres e em favor da vida. O apego ao poder radica, em última instância, na vaidade. A prática da autovalorização enseja, no pólo oposto, a prática do pedinte, obstruindo as ações cooperativas. E a vaidade foi o que levou, na narrativa bíblica, um anjo a decair e renunciar ao Bem...

Assim, urge politizar a discussão acerca do que se fará, nas relações Brasil-África, quando os resultados das negociações nos fóruns multilaterais em torno de modelos de desenvolvimento sustentável, com base na lógica de mercado, não se mostrarem suficientes para livrar amplos contingentes humanos da sombra da morte prematura. Esperaremos que, em nome da consagrada soberania, as nações humilhadas peçam ajuda após o que o imaginário corrente considera (ainda) catastrófico? Que a escuta e aceite sejam condicionados à rápida assimilação e acomodação do demandante aos liames tecnocráticos da assistência humanitária? Antecipá-la, oferecendo-a sob o espírito de uma escuta ativa dos anseios voltados para a evitação das tragédias? Seguiremos como parteiros de idéias ou cavadores de sepulturas? A resposta que as relações Brasil-África derem, nos próximos anos, a tais indagações revelará essencialidade de nosso projeto relacional não apenas com o referido continente, mas com resto do mundo e conosco mesmo. Revelar-se-á tanto no respeito profundo que eleva e incrementa o estágio das trocas quanto no seu contrário, nas idiosincrasias que olvidamos, conviver com a miséria e a opressão como parte da paisagem.

Embora redundante, é preciso enfatizar que a devastação humana e ambiental que a história africana escreveu nos últimos séculos é um legado compartilhado com o mundo desenvolvido e emergente. Os processos entrópicos que corroem as relações tribais, interétnicas, religiosas e partidárias são devedores da busca acintosa pela riqueza privada nos moldes consumistas que a cultura americana e européia ali introduziu, engendrando a corrupção no seio do Estado, o narcotráfico, os crimes de esquartejamento e envenenamento de lideranças e que, aqui e acolá, permanecerão sem resolução nem culpados. Enfim, a estrutura pública que é tomada de assalto pela ambição privada torna dissolvente dos projetos de desenvolvimento e de uma Cultura de Paz na nação e nas relações entre as nações.



**PARA CONCLUIR: NA VERDADE DO CAMINHO, HÁ UMA PORTA ESTREITA...**

Diante tal contexto, o tratamento alternativo do tema das mudanças climáticas na relação Brasil-África deveria, a nosso ver, transcender às soluções baseadas em lógica de mercado, na qual a hostilidade e competição prevalecem. E, ainda, procurar favorecer os mecanismos de dialogicidade entre as nações, nos variados sujeitos, instituições e arenas constituídas, numa ética fundada na busca do respeito à diferença e de concórdia.

As experiências concretas acima elencadas, com São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau, ainda estão em processo, mas indicam o potencial que colaboração científica com o fortalecimento comunitário; com ações do âmbito diplomático; com a regeneração do diálogo entre instituições brasileiras de pesquisa e, dessas, com órgãos técnicos de países que precisam equacionar questões de educação formal, energia, água, meteorologia, dentre outros.

Não nos iludamos; a sociedade global está à deriva. Quando, em episódio recente, assistimos uma modesta embarcação oriunda da Somália ficar à mingua, com dezenas de famélicos e mortos, no Mar Mediterrâneo sem a chegada de socorro algum, nos há utopia humanista que perdure.

Numa obra cinematográfica de mais de cinqüenta anos atrás, denominada *Um Rei em Nova York*, Charles Chaplin denunciava o mundo no qual os que não portavam passaportes válidos e não dispunham da mesma afluência ou das mesmas crenças sobre os riscos que pairavam sobre o mundo eram banidos da vida social. Qualquer testemunho às filas de controle de passaportes nos principais aeroportos dos países europeus e americanos há de demonstrar o quão atual é a vigilância e expurgo dos diferentes e dos pobres.

Sigamos, pois, ampliando nossa capacidade de enxergar ao derredor. É mister prescindir de uma sociabilidade apartadora, investida em todo o canto de comezinhos apelos aos privilégios como distintivo de uma altivez frente a um mundo que perece na indiferença ao sofrimento social. Uma integração forjada nas boas vestes, nos cavalos potentes sob os motores, nos discursos homogeneizados e sufocadores, no deslumbramento dos salões que, com amplas portas, abrem-se à comitiva de cortesãos, segue essencialmente alheia às catástrofes e humilhações que afetam o outro na esquina adiante posto que seja sua antítese.

Enfim, para além do universo do budismo e do Tibete de outrora, é impostergável ao mundo contemporâneo deter-se no aprendizado da *verdade do caminho* a que se refere Sua Santidade, o Dalai Lama. Acolher o simples peregrino, juntarmo-nos a ele, confirmando-lhe a dignidade tal como se apresenta diante nós, restituindo-a onde foi porventura perdida, circunscrevendo nossas responsabilidades no seu provimento digno, na redução de sua dor e perda. Redesenhando, com tintas de esperança, a Humanidade que, esperamos, ainda habite em nós e nas amplas e acolhedoras relações a que, então, forjaremos.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U. LASH, S. (Org.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: EDUNESP, 1997. p.11-71.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Grupo de Trabalho Interministerial Sobre Assistência Humanitária Internacional. Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome. *Relatório de assistência humanitária 2006-2009*. Brasília, 2009.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: EDUNESP, 1991.
- LEVI, P. *É isso um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- MELLO, S. V. Civilização mundial: mirando o alvo errado? In: MARCOVITCH, J. (Org.). *Sérgio Vieira de Mello: pensamento e memória*. São Paulo: EDUSP; Saraiva, 2004. p. 150-172.

